

J T
28/1/98

4 A

Boas e más notícias da Amazônia

O ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, comportou-se com decência quando se recusou a comemorar efusivamente a “redução” da área desmatada na Amazônia no ano de 1996 (18.161 km²) em relação à devastação praticada no ano anterior em que batemos todos os nossos próprios recordes (29.059 km²), elevando um pouco a taxa média anual de desmatamento de 21.130 km² por ano mantida entre os anos de 78 e 88. Ele, que conhece como ninguém a falta de capacidade do governo de fiscalizar áreas selvagens, creditou apenas “parte” dessa redução às medidas de gabinete adotadas em 96, restringindo o corte raso das florestas das propriedades privadas a 20% da área total e à “fiscalização” contra o transporte de madeira ilegal. Assim, pode-se dizer que foi até generoso nesse “parte”. O ministro bem sabe, e indicou-o claramente, mesmo sendo quem é, que a redução se deve mesmo à forte queda da atividade econômica no período, em relação ao ano da graça de 95, quando estava no auge a festa da estabilização da moeda. E há que se considerar, ainda, a tática que se vai disseminando entre os madeireiros de cortar as árvores de madeiras de lei deixando, em volta, as de madeiras moles, o que impede a fiscalização pelos satélites e ajuda a mascarar o número real do que foi devastado. O Inpe cita cálculos que levam esse tipo de devastação escondida a mais 11 mil km².

O ministro, que está prestes a deixar o cargo para concorrer às eleições, acenou, contudo, com algumas medidas altamente positivas para o futuro. Krause tocou, pela primeira vez em nossa história, num ponto crucial da questão, que ele aponta, desta vez até com modéstia, como “a maior novidade deste ano em matéria de política ambiental”: a readequação dos critérios ambientais para a classificação dos imóveis para efeito de desapropriação (pelo Inbra) e novos critérios do Imposto Territorial Rural.

De fato, a corrida demagógica deste governo para satisfazer as pretensões do Movimento dos Sem-Terra contribuiu desastrosamente para a depredação ambiental em todo o País e também na Amazônia. Até agora o Inbra tem considerado floresta derrubada como critério de reconhecimento de posse tanto para os pequenos colonos e posseiros como para a classificação de “latifúndios” produtivos ou improdutivos. Em outras palavras, a nossa brilhante legislação fundiária não apenas obriga os proprietários de terras à depredação ambiental, como também obriga que ela seja levada a cabo o mais rapidamente possível, sob pena de desapropriação.

É mais uma prova da falta de sentido dessa política insana, que só a pusilanidade do governo é capaz de explicar. E é também um sinal de que deve ter custado muita disposição, coragem e saliva ao ministro Krause revogar pelo menos esse desastroso subproduto dela. Pode vir a ser um marco histórico essa sua vitória. Quem leu o impressionante livro *A Ferro e Fogo, Uma História do Brasil e da Destruição da Mata Atlântica*, de Warren Dean (que, diga-se de passagem, deveria ser adotado em todas as escolas do País como elemento-chave para uma educação ambiental), sabe que tanto a institucionalização dessa técnica de “registro de pos-

se” quanto a relativização da propriedade da terra, sempre passível de ser suspensa por qualquer “autoridade pública” ao longo de toda a nossa história, foram elementos decisivos para o desastre ambiental brasileiro.

Mesmo assim, para não quebrar a regra geral das contradições emanadas do poder público que tanto contribuem para que a depredação não cesse, o ministro anunciou também a criação de sete “florestas nacionais”, envolvendo 2,6 milhões de hectares, o que vale dizer 26 mil km² ou algo próximo do recorde de depredação em um ano, nas quais serão abertas licitações para exploração legal de madeira, possivelmente por aquelas empresas asiáticas que já entraram para a história como os mais execráveis e eficientes inimigos da natureza que o mundo já viu. O presidente do Ibama, Eduardo Martins, cujo chefe acabara de confessar a impossibilidade de se fiscalizar o que se passa dentro das florestas exploradas por madeireiras, acha que abrir-lhes mais este espaço, com beneplácito do governo, “é uma forma de concentrar a exploração em alguns pontos que podem ser mais bem fiscalizados”. Martins não explicou por que acredita que uma coisa eliminará a outra. Mas o bom senso leva qualquer um a pensar que, se o governo não dobrar o número de fiscais (já que está dobrando a área que estará sob a ação dos madeireiros), vai faltar ainda mais fiscal para conter a devastação clandestina do que já falta hoje, e o resultado provável será o fim dos 26 mil km² liberados e mais os costumeiros 20 mil km² clandestinos.

É impressionante, aliás, a insistência do governo em se ater ao corte de madeira como única alternativa de uso sustentado da natureza. No mundo inteiro já se percebeu a obviedade de que **cortar árvores é matar a própria condição da vida selvagem**, numa atividade que proporciona apenas um giro econômico a cada 30 anos. E isto nas latitudes em que há florestas homogêneas que se recompõem naturalmente, o que, absolutamente, não é o caso dos trópicos e especialmente da Amazônia, de terras especialmente pobres, onde a floresta, como sabem todos os que a estudaram, é claramente um milagre operado pela sucessão dos milênios que, uma vez destruída, jamais se recomporá. A única explicação possível é a sua falta de coragem de encarar a alternativa da caça e da pesca organizadas, que foram as soluções encontradas pelo resto do mundo para uso sustentado de áreas nativas, especialmente as públicas, de forma perene, educativa e lucrativa. Abrindo suas florestas públicas a esse tipo de atividade de preferência ao corte de madeira, os EUA criaram um contingente de 40 milhões de caçadores e mais de 70 milhões de pescadores que se dedicam a essas atividades pelo menos uma vez por ano, e sustentam uma indústria de US\$ 176 bilhões anuais, muito mais rica que a da exploração de madeira em florestas nativas, que vai sendo banida do mundo civilizado.

É um erro crasso que só interessa a certos políticos corruptos da Região Norte, ávidos por morder uma parte desse patrimônio da humanidade que estão entregando aos madeireiros, que será cobrado pela posteridade do governo de Fernando Henrique Cardoso.